

Balancos

SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015

Senhores Acionistas, Em cumprimento das disposições legais e societárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Serra do Fação Energia S.A., ao final do exercício de 2015, quinto ano consecutivo de operação comercial com capacidade total, como já ocorrerá no ano anterior, continuou impactada por problemas setoriais. Tais dificuldades basicamente decorrem da manutenção da hidrologia desfavorável e, consequentemente, elevados custos de GSF (Fator de Ajuste de Energia), de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) e de ESS (Encargos de Serviços do Sistema), que fizeram com que a Companhia não conseguisse restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, impactado, pela elevação dos custos com compra e liquidação de energia elétrica, os seus resultados e, principalmente, o seu fluxo de caixa. O impacto foi de R\$54 milhões neste exercício, mitigado pela reclassificação de R\$35 milhões relativos à repactuação do risco hidrológico. A consequência foi a redução de todos esses impactos negativos, juntamente com a alteração no processo de contabilização da UBP, fez com que a Companhia, ao final do exercício, apresentasse um Prejuízo Líquido de R\$121.368 milhões, com uma margem líquida de -43,32%, representando (-280%) de variação em relação à margem líquida do ano anterior e abaixo das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. O EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) foi de R\$78.977 milhões, uma variação de 20% em relação ao Plano Operacional de 2015 e 574% em relação ao ano de 2014, conforme dados apresentados no quadro abaixo referente ao desempenho econômico e financeiro. Os custos gerenciais apresentaram uma redução de 17% em relação ao plano de 2015, o que representou R\$3.932 milhões. Em relação ao ano de 2014, os custos encerraram o exercício com um incremento de R\$745 mil. Em relação ao financiamento junto ao BNDES, a amortização acumulada até o final do exercício soma R\$55,1 milhões nominalmente, sendo R\$75 milhões durante o ano de 2015, além de R\$19 milhões acumulados na "conta reserva" do financiamento. Em relação aos dividendos propostos e adicionais referentes ao ano de 2013, estes não foram distribuídos no ano calendarizado de 2015 devido aos problemas aqui relatados e também devido às perspectivas de resultado e de caixa para o ano, mesmo com a aprovação desta distribuição de dividendos que tinha sido efetuada em abr-2014 através de AGE. A Administração da Companhia, em out-2014, por decisão do Conselho de Administração, decidiu a repactuação do risco hidrológico em 13 de outubro de 2014 até o restabelecimento econômico e financeiro da Companhia. Em 20 de maio de 2015, a Companhia liquidou junto ao Banco Itaú BBVA, a 1ª emissão de Promissórias Comerciais, no valor total de R\$34 milhões. Visando a minimização dos impactos financeiros decorrentes dos fatores aqui relatados, bem como a emissão de compromissos de curto prazo, em 19 de maio de 2015, a Companhia celebrou um novo contrato de empréstimo junto ao Banco Itaú BBVA, através da 2ª emissão de Notas Promissórias Comerciais, no valor total de R\$50 milhões com prazo de carência de 06 (seis) meses e que foi amortizado em 01 (uma) única parcela em 13 de novembro de 2015 mediante o aporte de pagamento da distribuição dos dividendos em 2016, com o intuito de 13.203 e Resolução Normativa nº 684/2015 da ANEEL, a SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A. em 05/03/2009, além de um financiamento suplementar no valor de R\$56 milhões, firmado sob o nº 09.2.1328-1, totalmente quitado em dezembro de 2010. Com base nas projeções e perspectivas para o ano de 2016, a Administração vislumbra o potencial econômico e financeiro da Companhia, sendo que ao final do exercício e nos anos seguintes, a Companhia maximizará a sua geração de caixa e proporcionará resultados econômicos e financeiros melhores em relação aos resultados apresentados até o presente momento, tendo sido a repactuação dos riscos hidrológicos uma estratégia importante para aprimorar a performance da Companhia. A Administração enviará todos os esforços na busca de soluções para os desafios operacionais, inclusive através de sinergia entre as áreas, incluindo a análise e repactuação/renovação de contratos.

Table with 2 columns: Item and Value. Includes items like Alegre, Ipameri e Cristalina, Estado de Goiás e Paracatu no Estado de Minas Gerais, O Contrato de Concessão 129/2001 - ANEEL - AHE Serra do Fação e seus aditivos regulam a referida exploração da UHE Serra do Fação, A Usina Hidroelétrica, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial de 17 de outubro de 2001, tem potência instalada de 212,58 MW e as instalações de transmissão compreendem uma linha de transmissão, em 138 kV, com 32,5 Km de extensão, circuito duplo, conectando-se a Subestação Catalão. A energia assegurada da Usina Hidroelétrica é de 182,4 MW médios, sendo que nesse total estão incluídos 76,7 MW médios relativos a ganhos incrementais a jusante. Em 31 de dezembro de 2015, a composição acionária da Sociedade é a seguinte:

Table with 2 columns: Item and Value. Includes Fumas Centrais Elétricas S.A., Alcoa Alumínio S.A., DME Energética S.A., Camargo Corrêa Energia S.A., A Participação Acionária é composta por ações Ordinárias e Preferenciais, conforme a seguir.

Situação da Empresa: A Usina Hidroelétrica Serra do Fação iniciou a operação comercial em 13 de julho de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2.001 de 12/07/2010, publicado no DOU em 13 de julho de 2010 e a Unidade Geradora nº 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL em 7 de agosto de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2274 de 6 de agosto de 2010, publicado no DOU em 9 de agosto de 2010. O Empreendimento, em conjunto com outras hidroelétricas, participa do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento instituído pelo Governo Federal visando garantir o fornecimento de energia elétrica para os próximos anos, sendo que a UHE Serra do Fação foi inaugurada oficialmente em 19 de outubro de 2010 pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A SEFAC obteve do BNDES a autorização para concessão de financiamento no valor de R\$520 milhões, firmado no Contrato de Financiamento nº 09.102.14-0, em 05/03/2009, além de um financiamento suplementar no valor de R\$56 milhões, firmado sob o nº 09.2.1328-1, totalmente quitado em dezembro de 2010. Com base nas projeções e perspectivas para o ano de 2016, a Administração vislumbra o potencial econômico e financeiro da Companhia, sendo que ao final do exercício e nos anos seguintes, a Companhia maximizará a sua geração de caixa e proporcionará resultados econômicos e financeiros melhores em relação aos resultados apresentados até o presente momento, tendo sido a repactuação dos riscos hidrológicos uma estratégia importante para aprimorar a performance da Companhia. A Administração enviará todos os esforços na busca de soluções para os desafios operacionais, inclusive através de sinergia entre as áreas, incluindo a análise e repactuação/renovação de contratos.

Desempenho Econômico Financeiro

Table with 5 columns: Indicadores Empresariais, DADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS (R\$mil), dez/15, dez/14, Variação. Includes items like Receita Operacional Bruta, EBITDA, Resultado Financeiro - Exeto JSCP, Lucro (Prejuízo) Líquido, Ativo Total, Ativo Circulante, Dívida Total, Indicadores Econômicos, Geração de Valor - Margem EBITDA, Margem EBITA, Margem Líquida, Rentabilidade (Lucro x Patrimônio), Liquidez Corrente - em pontos, Risco de Alívio.

Indicadores Empresariais: DADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS (R\$mil). Receita Operacional Bruta: 316.651 (299.598) 5%. EBITDA: 78.977 (11.726) 574%. Resultado Financeiro - Exeto JSCP: (153.614) (33.778) 855%. Lucro (Prejuízo) Líquido: (121.368) (30.503) 298%. Ativo Total: 2.482.057 (1.085.427) 126%. Ativo Circulante: 376.859 (457.105) -18%. Dívida Total: 52.472 (52.466) 0%. Dívida Líquida: 204.177 (134.128) 52%.

Table with 5 columns: Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais), Notas, Capital social, Reservas de lucros, Dividendo adicional, Prejuízos acumulados, Total. Includes items like SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, PREJUÍZO DO EXERCÍCIO, Compensação de prejuízos, SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, Aumento de capital, Dividendos declarados e aprovados, Reversão dividendo adicional proposto, PREJUÍZO DO EXERCÍCIO, Dividendos distribuídos, SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Table with 5 columns: Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação), Notas, 2015, 2014. Includes items like RECEITAS, CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS, Uso do bem público, Depreciação, Encargos de uso de rede elétrica e conexão, Programas ambientais, Outros custos, Serviços de terceiros, Material, LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO, DESPESAS OPERACIONAIS, Pessoal, Administradores, Serviços de terceiros, Amortização, Outros despesas.

Table with 5 columns: Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais), Notas, 2015, 2014. Includes items like RECEITAS, Venda de energia e serviços, Receitas relativas à construção de ativos próprios, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, Materiais, serviços de terceiros e outros, VALOR ADICIONADO BRUTO, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, Receitas financeiras, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Pessoal, Remuneração direta, Encargos sociais (exceto INSS), Benefícios, Impostos, taxas e contribuições, Federais (incluindo encargos setoriais), Remuneração de capitais de terceiros, Juros e variações monetárias, Aluguéis, Remuneração de capitais próprios, Prejuízo do exercício, VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO.

Table with 5 columns: Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais), Notas, 2015, 2014. Includes items like RECEITAS, Venda de energia e serviços, Receitas relativas à construção de ativos próprios, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, Materiais, serviços de terceiros e outros, VALOR ADICIONADO BRUTO, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, Receitas financeiras, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Pessoal, Remuneração direta, Encargos sociais (exceto INSS), Benefícios, Impostos, taxas e contribuições, Federais (incluindo encargos setoriais), Remuneração de capitais de terceiros, Juros e variações monetárias, Aluguéis, Remuneração de capitais próprios, Prejuízo do exercício, VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO.

Table with 5 columns: Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais), Notas, 2015, 2014. Includes items like RECEITAS, Venda de energia e serviços, Receitas relativas à construção de ativos próprios, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, Materiais, serviços de terceiros e outros, VALOR ADICIONADO BRUTO, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, Receitas financeiras, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Pessoal, Remuneração direta, Encargos sociais (exceto INSS), Benefícios, Impostos, taxas e contribuições, Federais (incluindo encargos setoriais), Remuneração de capitais de terceiros, Juros e variações monetárias, Aluguéis, Remuneração de capitais próprios, Prejuízo do exercício, VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma). 1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Serra do Fação Energia S.A. ("Companhia" ou "SEFAC"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20 de outubro de 2009, sob o razião social de România Participações S.A., tendo sido alterada por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2007. A Companhia tem por objetivo a exploração do potencial de energia hidráulica do Rio São Marcos, nos municípios de Ca-

Table with 4 columns: Valor Patrimonial da Ação (por Lote de mil), 721 (978) -26%. Lucro (Prejuízo) Líquido por ação (R\$), (250,55) (65,27) 297%. A movimentação do EBITDA está detalhada na tabela a seguir.

Table with 4 columns: Item, 2015, 2014, Var. %. Includes items like EBITDA, Lucro (Prejuízo) Líquido, Imposto de Renda e GSLL - corrente, Resultado Financeiro e Amortização, Depreciação e Amortização.

Dados do Investimento, Orçamento Operacional 2015 e Governança Corporativa: O orçamento de investimento foi aprovado com o valor de R\$1.063 milhões, dos quais aproximadamente 51% correspondem ao contrato com o Consórcio de Empresas de Fornecedoras de Serra do Fação - COFAC e os demais valores estão principalmente relacionados a custos socioambientais, administração do projeto e compra de água, chimento e energia elétrica. Os custos ambientais, incluindo a indenização das propriedades atingidas, foram orçados em aproximadamente R\$301 milhões, que correspondem a, aproximadamente, 28% do orçamento. Os custos associados ao investimento foram totalmente concluídos no ano de 2014, inclusive culminando com a assinatura do termo de encerramento do contrato EPC. O orçamento operacional para o exercício de 2016 foi elaborado, projetando um resultado líquido anual negativo de R\$68,143 milhões, incluindo os custos gerenciais de 2015 e 2016, inclusive culminando com a assinatura do termo de encerramento do plano operacional para o exercício de 2016 ainda está sob análise, para posterior aprovação pelo Conselho de Administração. Todos os resultados financeiros estão baseados em "principios" e "valores" observados pela Administração, preservando sempre a Governança Corporativa, Segurança, Responsabilidade Socioambiental, transparência, controles internos, aprimoramento de fluxos de processos e procedimentos internos. Aspectos Socioambientais: Ao longo do desenvolvimento das atividades ambientais, todos os órgãos do IBAMA foram prontamente atendidos, garantindo a manutenção da Licença de Operação do Empreendimento. Destaca-se a obtenção da Renovação da Licença de Operação em março de 2015 pelo período adicional de 06 anos, vencendo em Março-2021, o que garante a continuidade das atividades relacionadas a 23 (vinte e três) Programas Socioambientais previstos na renovação da Licença de Operação que, em sua maioria, são de continuidade aos Programas Ambientais da primeira Licença de Operação, obtida em 2009. O cumprimento e andamento dos programas é consolidado através do envio de relatórios anuais. Benefícios Fiscais Levados aos Municípios e aos Estados de Goiás e Minas Gerais: No exercício de 2015, durante o período de operação da Usina, os Estados de Goiás e Minas Gerais, nos municípios abrangidos pelo empreendimento, os ministros de Meio Ambiente e de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) receberam, a título de compensação financeira prevista em legislação específica, um valor de aproximadamente R\$2,8 milhões. Com relação aos municípios, o valor a ser distribuído obedece a dois critérios: 1) o repasse por ganho de energia por regularização de vazão; 2) o efeito de área inundada pelo reservatório. Quanto ao restante da distribuição, este rateio é efetuado com base em critério previamente estabelecido pela ANEEL com os respectivos percentuais de distribuição. Operação da Usina e status das atividades operacionais: Durante o exercício de 2015, a Usina operou com excelentes ótimos resultados de disponibilidade (índice de 99,9%, comparado a 97%, previsto no plano operacional) e principalmente, gerenciou o processo de O&M pelo segundo ano consecutivo com equipe própria. Quanto às metas operacionais, um dos grandes objetivos da Diretoria é administrar a usina de modo a manter o reservatório com o nível de água adequado para otimizar a quantidade de energia a ser gerada em 2016, minimizando os impactos de compra de energia (MRE), um desafio extra na situação atual do sistema energético brasileiro, com escassez de água em todos os reservatórios e, em alguns casos, agravado pelo enchimento do reservatório da UHE Batalha, a montante da UHE Serra do Fação, ainda em andamento. Perspectivas e Agradecimentos: A operacionalização da Usina, por meio dos controles de segurança e gestão de riscos ambientais e custos administrativos deverão continuar sendo efetuados em conformidade com as diretrizes, os cronogramas, os parâmetros orientamentos e de segurança definidos pelo Conselho de Administração e os acionistas, sendo que a Diretoria tem em seus objetivos, além da otimização dos resultados financeiros para o exercício de 2016, a contínua redução dos custos através da introdução de procedimentos de otimização de recursos materiais e de pessoal, sem que seja alterado o padrão de atendimento às condicionantes socioambientais e de segurança. A Serra do Fação Energia S.A. agradece aos seus acionistas, observando os controles e procedimentos internos. Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos públicos, privados e às instituições de ensino e pesquisa, agradece a parceria e o apoio recebido durante o longo deste período. Rio de Janeiro - RJ, 17 de março de 2016. A Administração

Table with 5 columns: Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto os dividendos por ação), Notas, Capital social, Reservas de lucros, Dividendo adicional, Prejuízos acumulados, Total. Includes items like SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, PREJUÍZO DO EXERCÍCIO, Compensação de prejuízos, SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014, Aumento de capital, Dividendos declarados e aprovados, Reversão dividendo adicional proposto, PREJUÍZO DO EXERCÍCIO, Dividendos distribuídos, SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Table with 5 columns: Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação), Notas, 2015, 2014. Includes items like RECEITAS, CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS, Uso do bem público, Depreciação, Encargos de uso de rede elétrica e conexão, Programas ambientais, Outros custos, Serviços de terceiros, Material, LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO, DESPESAS OPERACIONAIS, Pessoal, Administradores, Serviços de terceiros, Amortização, Outros despesas.

Table with 5 columns: Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais), Notas, 2015, 2014. Includes items like RECEITAS, Venda de energia e serviços, Receitas relativas à construção de ativos próprios, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, Materiais, serviços de terceiros e outros, VALOR ADICIONADO BRUTO, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, Receitas financeiras, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Pessoal, Remuneração direta, Encargos sociais (exceto INSS), Benefícios, Impostos, taxas e contribuições, Federais (incluindo encargos setoriais), Remuneração de capitais de terceiros, Juros e variações monetárias, Aluguéis, Remuneração de capitais próprios, Prejuízo do exercício, VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO.

Table with 5 columns: Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais), Notas, 2015, 2014. Includes items like RECEITAS, Venda de energia e serviços, Receitas relativas à construção de ativos próprios, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, Materiais, serviços de terceiros e outros, VALOR ADICIONADO BRUTO, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, Receitas financeiras, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Pessoal, Remuneração direta, Encargos sociais (exceto INSS), Benefícios, Impostos, taxas e contribuições, Federais (incluindo encargos setoriais), Remuneração de capitais de terceiros, Juros e variações monetárias, Aluguéis, Remuneração de capitais próprios, Prejuízo do exercício, VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO.

Table with 5 columns: Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais), Notas, 2015, 2014. Includes items like RECEITAS, Venda de energia e serviços, Receitas relativas à construção de ativos próprios, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, Materiais, serviços de terceiros e outros, VALOR ADICIONADO BRUTO, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, Receitas financeiras, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Pessoal, Remuneração direta, Encargos sociais (exceto INSS), Benefícios, Impostos, taxas e contribuições, Federais (incluindo encargos setoriais), Remuneração de capitais de terceiros, Juros e variações monetárias, Aluguéis, Remuneração de capitais próprios, Prejuízo do exercício, VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma). 1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Serra do Fação Energia S.A. ("Companhia" ou "SEFAC"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20 de outubro de 2009, sob o razião social de România Participações S.A., tendo sido alterada por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2007. A Companhia tem por objetivo a exploração do potencial de energia hidráulica do Rio São Marcos, nos municípios de Ca-





**Continuação... SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A. CNPJ Nº 07.727.966/0001-74**

(a) O prazo médio de vencimento do saldo de contas a receber de contratos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 é de 15 dias. A Companhia entende que não há necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber, considerando que o risco de perda não é relevante com seu acionista.		
(b) Dividendos a serem pagos até que a situação financeira da Companhia permita, conforme aprovação pela Assembleia Geral, não são passíveis de inscrição em nome dos conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:		
Honorários	1.322	1.449
Encargos Sociais	24	90
<b>14. PROVISÕES</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
IBAMA - Compensação ambiental (a)	21.875	11.278
IBAMA - Extrastruturação do reservatório (b)	5.654	3.254
Provisão para gastos com licença de operação (c)	39.114	47.348
Riscos trabalhistas (d)	2.580	1.150
Riscos cíveis (e)	70	58
Riscos fundiários (f)	2.099	63.088
<b>Circulante</b>	<b>8.234</b>	<b>8.234</b>
Não circulante	63.065	54.854

a) A Companhia adotou como prática o reconhecimento da provisão para compensação ambiental ao término da construção da UHE Serra do Fação, baseada em estudos realizados por seu departamento ambiental, que concluiu com o plano de trabalho adequado para essa compensação ambiental o montante de R\$ 11.278. Esse montante foi estimado com base no termo de concordância assinado com o IBAMA em 14 de setembro de 2005 no valor de R\$ 710, atualizado pelo IGP até a data do referido termo de concordância. Após a assinatura do termo de concordância, a SEFAZ iniciou a compensação administrativa com o IBAMA para a redução do percentual de aplicação da compensação ambiental de 2% para até 0,5% do valor do investimento, com base no Decreto 6.848/2009. Em 4 de agosto de 2015, a SEFAZ apresentou o processo de revisão da compensação ambiental em última instância administrativa, indeferindo o requerimento da SEFAZ de redução do percentual de aplicação da compensação ambiental. Conforme entendimento do IBAMA, as etapas do suprimento de recursos não se encerram até 18 meses após a data da inscrição do termo de concordância. No entanto, a SEFAZ, após o reconhecimento da compensação ambiental em 14 de agosto de 2015 pelo protocolo do IBAMA a correspondência SEFAZ-CE-RJ-185/2015, com protocolo sob o n.º 2001.015589/2015-14, questionando o índice de atualização do valor da compensação ambiental, a SEFAZ iniciou a compensação administrativa com o IBAMA em 11/2013. Neste sentido, considerando a decisão em última instância mencionada acima e o questionamento administrativo acerca da modificação do percentual de atualização, em 30 de setembro de 2015, a Companhia atualizou a provisão para compensação ambiental registrada em 14 de setembro de 2005 pelo IGP, no montante de R\$ 10.597, considerando que o valor da compensação ambiental acordado com o IBAMA é atualizado pelo IGP até o seu término em 16 de fevereiro de 2014. O IBAMA emitiu o Parecer 424/SC/DIR/EEC, referindo-se a dois atos de infração emitidos pelo IBAMA em junho de 2010, e estão relacionados à montante de peixes. O valor estimado de valores de desenvolvimento por contrato de 2015, a Companhia atualizou a provisão de R\$ 85.654 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 25.324 em 31 de dezembro de 2014). c) Refere-se a provisão dos gastos estimados para atendimento das condicionantes socioambientais vinculadas em dezembro de 2015, a Companhia atualizou a provisão para eventual condenação em ação trabalhista em que a SEFAZ figura como 1ª e 2ª reclamada. e) Refere-se a provisão de uma ação de indenização de desapropriação que soma o valor de R\$ 70 em 31 de dezembro de 2015 que está provisionado (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2014). f) Refere-se ao valor atualizado do processo de servidão administrativa ajuizada pela SEFAZ na Varal Cível de Catalão, onde o assunto em discussão está relacionado ao impacto da Torre da Linha de Transmissão. **Passivos Contingentes.** No decorrer do ano de 2012, a SEFAZ apresentou ação de indenização por danos materiais perante o Ministério Público Estadual de Goiás na Justiça Estadual de Goiás, no fórum de Catalão, com o valor da causa atualizado em R\$ 35.742 sobre os mesmos fatos relativos à montante de peixes no reservatório da UHE Serra do Fação. O risco desta ação foi determinado pelo IBAMA pelos assessores legais da Companhia e, portanto, não foi constituída a provisão para tal ação. A ação judicial, devido à defesa apresentada, teve o foro deslocado para a Justiça Federal de Brasília e no momento o processo está suspenso desde 16 de fevereiro de 2014, até o julgamento da exceção de incompetência, devido à impossibilidade jurídica de alteração do foro após a demanda ajuizada pelo Ministério Público Estadual. A Companhia tem outras ações de indenização em andamento perante a Justiça Estadual de Goiás, em que a administração com possíveis, com base na avaliação dos advogados da Companhia e de seus consultores legais externos, para as quais não há provisão constituída, sendo os valores atualizados em 31 de dezembro de 2015 o montante, respectivamente R\$ 15 e R\$ 2.371 (R\$ 200 e R\$ 1.189 em 31 de dezembro de 2014).

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a) Capital social: A Companhia realizou, em 12 de novembro de 2015, o contrato aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital de R\$ 50.000.000 de ações, representando o valor de R\$ 50.000. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015 o capital social no valor de R\$ 522.368.368 (R\$ 467.368 em 31 de dezembro de 2014), e representado por 522.368.300 (467.368 em 31 de dezembro de 2014) ações, sendo 421.833.666 (421.833 em 31 de dezembro de 2014) ordinárias e 100.534.634 (49.498 em 31 de dezembro de 2014) preferenciais, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. A totalidade das ações preferenciais são de direito a voto, porém, têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia e direito a um dividendo fixo de R\$ 0,01 (um centavo de real) por lote de 1.000 ações. O capital social em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é assim composto:

	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Alcoa Alumínio S.A.	182.691.477	-	182.691.477	34,97
DMC Energética S.A.	102.694.927	-	102.694.927	19,69
Camargo Corrêa Energia S.A.	28.546.844	-	28.546.844	5,46
Furnas Centrais Elétricas S.A.	157.700.539	100.734.173	258.434.712	49,48
<b>Quantidade de ações 2014</b>	<b>421.833.666</b>	<b>100.534.634</b>	<b>522.368.300</b>	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Alcoa Alumínio S.A.	163.455.862	-	163.455.862	31,27
DMC Energética S.A.	47.146.692	-	47.146.692	9,09
Camargo Corrêa Energia S.A.	25.541.149	-	25.541.149	4,94
Furnas Centrais Elétricas S.A.	141.036.381	100.127.896	241.164.277	46,30
<b>Quantidade de ações 2014</b>	<b>372.249.104</b>	<b>100.127.896</b>	<b>472.377.000</b>	

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia observou o saldo de reserva legal constituída até o ano de 2013 com o prejuízo do ano de 2014. c) Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração

da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada com passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação social decorrente do estatuto da Companhia, e por ser considerada superior ao dividendo mínimo obrigatório, proposto pela Administração na destinação do resultado do exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para emissão de ações registrada na rubrica "Dividendos não pagos" no patrimônio líquido. Esse dividendo adicional somente será transferido para o passivo após a aprovação dos acionistas. Contudo, esses dividendos adicionais aprovados pelos acionistas só podem ser pagos após a análise e aprovação do BNDES. Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação da reserva legal. O valor total dos dividendos referentes ao exercício de 2013 foi aprovado por meio da Assembleia Geral Ordinária, porém, devido as dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico, dentre elas, o ano hidrológico nunca observado nas metas históricas dos índices pluviométricos e a alteração na legislação referente ao pagamento dos encargos decorrentes da geração térmica, a Companhia foi impactada significativamente nos seus custos referentes à liquidação de energia elétrica na CCEE, tanto pelo GSF, como pelo PLD e pelo Encargo de Segurança Energética ("ESS"), fazendo com que fosse deliberado por meio da Assembleia Geral Extraordinária a postergação do pagamento dos dividendos declarados (mínimo obrigatório e adicional) em 2013. Os dividendos adicionais aprovados só poderão ser pagos com a anuência e aprovação do BNDES. O saldo de reserva para investimentos destinado com dividendo adicional proposto foi revertido e compensado com os prejuízos acumulados. O prejuízo por ação foi calculado por ação e é calculado no valor do dividendo do exercício, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui ações potenciais classificadas como diluidoras.

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	(14.368)	(50.503)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	383.321	377.240
(milhares)	(0,32)	(0,03)

**16. RECEITAS:** A seguir, a análise das receitas da Companhia no exercício:

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Suprimento/Fornecimento de energia	315.651	294.674
Receita energia secundária - CCEE	31.555	299.598
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.053)	(22.542)
COFINS	(6.215)	(4.379)
Encargos Setoriais	(190.244)	(207.578)
<b>17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA:</b> Durante o exercício de 2014 e 2015, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa:	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Atualização de provisão de compensação ambiental e riscos fundiários como aumento de imobilização	16.446	-
Uso do Bem Público	1.436.554	-
Atualização de provisão com licença de operação	-	35.211
Aquisições de imobilização financiadas	(4.530.000)	(36.921)
<b>18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:</b> A despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o prejuízo contábil como segue:	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Prejuízo antes dos impostos	(188.770)	(45.936)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	62.202	15.433
Outras diferenças permanentes	(80)	(185)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	62.202	15.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos	62.202	15.433

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) - Os dispositivos contidos na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1388/2013, de 24 de novembro de 2013, altera o Regulamento Relevante para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias; (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT - e (iii) não incidência de imposto de renda sobre os dividendos recebidos por acionistas não residentes em não optar pela aplicação antecipada no exercício de 2014. A partir de janeiro de 2015, a Companhia adotou os dispositivos da Lei nº 12.973/14 de forma automática, tal adoção não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

**19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:**

a) Categorias dos principais instrumentos financeiros

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	32.295	31.868
Titulização de recebíveis	30.034	29.987
Títulos e valores mobiliários	62.324	61.905
<b>Passivos financeiros:</b>		
Outros passivos		
Financiamentos	442.263	529.311
Fornecedores	4.785	14.52
UBP a pagar	1.556.798	9,32
UBP a pagar	2.003.844	552.819

b) Risco de mercado: É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e inflação, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia a esse risco e, quando necessário, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica operações de caráter especulativo ou quaisquer outros de natureza especulativa. Os principais riscos de mercado são os seguintes:

- Risco de taxa de juros: A principal fonte de receita da Companhia é vinculada à correção anual do IPCA. Nos financiamentos da Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP) e variações do CDI. A Companhia utiliza o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. Adicionalmente, a Companhia possui um compromisso de pagar o UBP, cuja indexação está atrelada à variação do IPCA e IGP-M, b. Z. Análise de sensibilidade da taxa de juros: A Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de curto prazo. Se as taxas de juros fossem 25% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o prejuízo do exercício final em 31 de dezembro de 2015 aumentaria em R\$ 385,5. c) Riscos Operacionais e Regulatórios: De

acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidroelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo a UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera, como em outras regiões do país. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega de energia assegurada, a Companhia está exposta ao mercado de energia de curto prazo. Todavia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, com a repatulação do risco hidrológico a SEFAZ assumiu um prêmio de risco para os contratos regulados, para limitar a sua exposição ao mercado de energia de curto e ao GSF. d) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores registrados nas contas a receber e em fornecedores têm vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores às três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os valores dos títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilidade imediata. O valor contábil do financiamento em reais com o BNDES e o UBP a pagar reflete as condições de mercado para este tipo de financiamento sob os valores de realização, em análise se aproximam dos valores justos. Durante o exercício final em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

**20. SEGUROS:** A Companhia possui cobertura de seguro para: riscos operacionais, responsabilidade civil, incluindo empregador e danos morais, multi riscos escritório RJ e GO, garantia e riscos diversos. A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

	Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Indenização
UHE Serra do Fação	Responsabilidade Civil	08/06/2015 a 08/06/2016	25.000	
UHE Serra do Fação	Responsabilidade Civil	14/07/2015 a 14/07/2017	20.000	
UHE Serra do Fação	Riscos Operacionais	14/07/2015 a 14/07/2017	462.365	
UHE Serra do Fação	Multi Riscos - Empresarial	16/11/2015 a 16/11/2016	404	
UHE Serra do Fação	Multi Riscos - Empresarial	16/11/2015 a 16/11/2016	541	

a) Adequação dos limites de cobertura dos seguros contratados não foi auditada pelos auditores independentes.

**21. COMPROMISSOS:** O valor gasto em Projetos Ambientais de janeiro a dezembro de 2015 foi de R\$ 366 (R\$ 362 em 31 de dezembro de 2014). Em 09 de setembro de 2014, o IBAMA emitiu a 1ª Renovação da Licença de Operação 895/2009 com validade até 08 de setembro de 2012. Em 11 de março de 2015, a SEFAZ recebeu a 1ª revalidação da 1ª Renovação da Licença de Operação nº 895/2009 do IBAMA, com validade até 10 de março de 2017. Em cumprimento à legislação, a SEFAZ publicou em 02 de abril de 2015 no Diário Oficial da União, a informação sobre a 1ª Revalidação da 1ª Renovação da Licença de Operação 895/2009. Todos os programas estão sendo executados conforme previsto na Resolução de Licença de Operação nº 895/2009 e em harmonia com os entendimentos mantidos entre a SEFAZ e o IBAMA. Ao todo são 3 Macro Atividades Socioambientais (Programas Físicos ("F"), Programas Bióticos ("B") e Programas Socioeconômicos ("S")), que englobam 33 Atividades Socioambientais, cujos resultados devem ser apresentados anualmente ao IBAMA por meio de relatórios consolidados, conforme quadros a seguir:

	Programa de Monitoramento e Controle das Condições de Erosão	Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários	Programa de Limpeza Seletiva da Bacia de Acumulação	Subprograma de Conservação da Fauna	Projeto de Monitoramento da Fauna e Flora em Área de Deposição de Galndulas	Programa de Conservação da Flora	Projeto de Marcação de Matrizes Arbóreas e Coleta de Sementes Florestais	Programa de Conservação da Ictiofauna	Monitoramento da Ictiofauna	Programa de Eficiência do SOT	Monitoramento e Resgate da Ictiofauna nas Paradas das UGS	Prevenção, Monitoramento e Controle de Espécies Exóticas Invasoras	Mitigação dos Impactos e Conservação da Ictiofauna Nativa Afletada	Programa de Gestão Patrimonial	Programa de Recomposição Vegetal da APP	Subprograma de Conectividade de Fragmentos Vegetais	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Programa de Conservação Ambiental	Programa de Comunicação Social	Programa de Educação Ambiental	Programa de Indenização e Remanejamento da População	Subprograma de Assistência Técnica e Social	Programa de Monitoramento da Qualidade de Vida das Famílias	Programa de Reorganização da Infraestrutura e Apoio aos Serviços Municipais	Programa de Saúde e Controle de Vetores	
F																										
F																										
F																										
F																										
B																										
B																										
S																										
S																										
S																										
S																										
S																										
S																										
S																										

**22. APROVAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 17 de março de 2016.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MEMBROS TITULARES:** Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira; José Marco Peralta; Ricardo de Barros Moraes Saiano; Dair Almeida Abalrig; Miguel Gustavo Junqueira Franco; Fernando Luis Aguilar Filho; MEMBROS SUPLENTE: Claudia Campos Leite; Marco Antônio Carvalho Gomes; Rogério Gonçalves Pizeta; Mateus Triaboschi; Luis Carlos dos Santos. **DIRETORIA EXECUTIVA:** LUÍZ ANTONIO GOUEVA DE ALBUQUERQUE - DIRETOR PRESIDENTE. ADAR BASTA CARVALHO - DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO. CONTADOR: PATRICIA Nogueira de Souza Polate - CRC RJ-0957690/O-GO

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
do UBP em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2007). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ativo intangível (direito de concessão) está a maior R\$ 433.087 mil (em 31 de dezembro de 2014 os saldos de obrigações a pagar e do ativo intangível estavam a menor em R\$ 1.436.554 mil e R\$ 362.754 mil, respectivamente), os impactos desses ativos estão a menor R\$ 147.250 mil (em 31 de dezembro de 2014), o patrimônio líquido está a maior em R\$ 285.837 mil (R\$ 299.501 mil em 31 de dezembro de 2014) e o prejuízo do exercício está a maior em R\$ 13.664 mil (R\$ 58.714 mil em 31 de dezembro de 2014), líquido dos efeitos tributários. Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos impactos de natureza tributária decorrentes das operações de mercado de opções de compra e venda de instrumentos financeiros, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Fação Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício final em análise. A seguir, são descritos os aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras adotadas no Brasil. **Erres:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 as demonstrações financeiras, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2015, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 151.705 mil (R\$ 81.662 mil em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia, baseada nas ações descritas na nota explicativa nº 1, as demonstrações financeiras, entende que os impactos negativos em montante não são relevantes para a análise do sucesso dessas medidas e é importante para uma melhoria na posição econômico-financeira e resultados da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 13 as demonstrações financeiras, em que são descritos os investimentos em empresas financeiras em montantes e condições não significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício final em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a supervisão da Administração, apresentamos a Administração com informação suplementar uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras analisadas.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
de UBP em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2007). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ativo intangível (direito de concessão) está a maior R\$ 433.087 mil (em 31 de dezembro de 2014 os saldos de obrigações a pagar e do ativo intangível estavam a menor em R\$ 1.436.554 mil e R\$ 362.754 mil, respectivamente), os impactos desses ativos estão a menor R\$ 147.250 mil (em 31 de dezembro de 2014), o patrimônio líquido está a maior em R\$ 285.837 mil (R\$ 299.501 mil em 31 de dezembro de 2014) e o prejuízo do exercício está a maior em R\$ 13.664 mil (R\$ 58.714 mil em 31 de dezembro de 2014), líquido dos efeitos tributários. Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelos impactos de natureza tributária decorrentes das operações de mercado de opções de compra e venda de instrumentos financeiros, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Fação Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício final em análise. A seguir, são descritos os aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras adotadas no Brasil. **Erres:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 as demonstrações financeiras, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2015, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 151.705 mil (R\$ 81.662 mil em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia, baseada nas ações descritas na nota explicativa nº 1, as demonstrações financeiras, entende que os impactos negativos em montante não são relevantes para a análise do sucesso dessas medidas e é importante para uma melhoria na posição econômico-financeira e resultados da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 13 as demonstrações financeiras, em que são descritos os investimentos em empresas financeiras em montantes e condições não significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício final em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a supervisão da Administração, apresentamos a Administração com informação suplementar uma vez que não é requerida pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras analisadas.

**APSI - Associação Popular de Saúde de Itapuranga**  
Av. Agoncillo da Silva Moreira s/n - CEP 75.680-000 - Itapuranga - GO

**2014**

**2015**

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO - 2015	2014
<b>1 ATIVO</b>	<b>989.876,67</b>
<b>1.1 ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>134.876,67</b>
<b>1.1.1 DISPONÍVEL - Caixa</b>	<b>10.731,30</b>
1.1.	